



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia Noturno

**Contribuições da Técnica de Rorschach para o psicodiagnóstico de vítimas de abuso
sexual**

MARIA LUIZA SANTOS SILVA

Brasília

Dezembro de 2008

MARIA LUIZA SANTOS SILVA

Contribuições da Técnica de Rorschach para psicodiagnóstico de vítimas de abuso sexual

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB,
como requisito básico para a
obtenção do grau de Psicólogo da
Faculdade de Ciências da Educação e
da Saúde – FACES.
Professor-Orientador: Frederico G.
Ocampo Abreu

Brasília, dezembro /2008



Faculdade de Ciências da educação e da Saúde – FACES
Curso de Psicologia Noturno

Esta monografia foi aprovada pela
comissão examinadora composta por:

Prof. Frederico Guilherme O. Abreu

Prof. Otavio de Abreu Leite

Prof. Lydia Lopes

A Menção Final obtida foi:

Brasília, dezembro /2008

Dedico este trabalho a todas as crianças vítimas de abuso sexual que possam se beneficiar da utilização adequada da proposta por ele sugerida.

Agradecimentos

Depois de tanto esforço e luta é difícil não deixar algumas palavras de reconhecimento àqueles que de alguma maneira me ajudaram neste caminho. Meus sinceros agradecimentos:

Ao professor Otávio Abreu, grande mestre, que apresentou e vem me “alfabetizando” na arte da aplicação da Técnica de Rorschach, sempre se colocando disponível a ajudar nos momentos de dúvidas.

Ao professor Frederico Abreu pela orientação, dedicação, liberdade e paciência com minha jornada dupla. Aos dois, meu reconhecimento pela inspiração, apoio e orientações recebidas.

Ao meu marido, pelo conforto emocional nos momentos de cansaço e compreensão nos momentos de ausência, e a minha filha pelo auxílio vienense nas horas das tentativas de tradução à distância.

Agradeço também à banca examinadora pela atenção dispensada à leitura deste trabalho.

“Quando eu abrir minha garganta
Essa força tanta
Tudo que você ouvir
Esteja certa
Que estarei vivendo”

(Gonzaguinha)

Sumário

Resumo.....	vii
Capítulo I - O processo de psicodiagnóstico.....	11
1.1 Breve histórico.....	15
Capítulo II - O uso do Psicodiagnóstico de Rorschach para aprofundamento da investigação da personalidade no processo de psicodiagnóstico.....	19
2.1 Aplicação e interpretação.....	20
2.1.1 Fenômenos especiais.....	23
2.2 Aspectos revelados por meio da técnica	28
Capítulo III - Processos psicológicos envolvidos nas respostas à Técnica de Rorschach.....	30
3.1 Sensação, percepção e interpretação.....	31
3.2 Projeção.....	32
Capítulo IV - As contribuições da Técnica de Rorschach para aprofundamento da investigação da personalidade em casos de abuso sexual.....	37
4.1 O Abuso Sexual.....	38
4.2 Estudos com utilização do Psicodiagnóstico de Rorschach em vítimas de abuso sexual.....	40
4.2.1 Estudo realizado em Porte Alegre.	41
4.2.1.1 Principais indícios do estudo em Porto Alegre.....	43
4.2.2 Estudo realizado em Goiânia.	45
4.2.2.1 Principais indícios do estudo de Goiânia.....	47
4.3 Conclusões sobre os estudos.....	51
Considerações finais.....	53
Referências.....	59

RESUMO

O psicodiagnóstico é uma estratégia de avaliação psicológica que associa os métodos qualitativos e quantitativos para o alcance de um objetivo definido. Alia instrumentos clínicos, projetivo e psicométrico e, sendo assim, alguns especialistas defendem a idéia de que essa é a metodologia de avaliação mais segura para se estabelecer um diagnóstico e prognósticos confiáveis. O tema do presente trabalho foi escolhido a partir de reflexões e dificuldades encontradas no transcorrer do estágio supervisionado em Psicodiagnóstico no Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Algumas vezes, o psicodiagnóstico é contratado em situações onde não há tempo para estabelecer um rapport com a qualidade requerida, que possibilite ao psicólogo o acesso a conteúdos por vezes dolorosos ou inconscientes que permeiam a psique do examinando e permita análises e conclusões para um melhor direcionamento ao final do processo. Há também situações de casos demandados da Justiça em que o examinando distorce ou omite de forma consciente as informações e manipula respostas reveladoras que possam comprometê-los, dificultando o acesso a dados importantes ao correto encaminhamento do laudo. Nestes casos, as técnicas projetivas apareceram como solução para o problema apresentado. Dessa forma, foi realizada pesquisa bibliográfica em literatura sobre o assunto e também se buscou estudos publicados que envolveram a aplicação da Técnica de Rorschach em indivíduos vitimizados por abuso sexual. Optou-se por ilustrar as contribuições desse instrumento para investigar conteúdos latentes e não verbalizados, por meio desses tipos de caso, porque esse contexto envolve por vezes um pacto de silêncio entre vítima e agressor e dificulta a verbalização da vítima sobre o ato. Nos casos encontrados as pesquisadoras utilizaram para análise os protocolos de indivíduos em que o ato estava comprovado. Os participantes revelaram indícios sobre a situação de abuso a que foram submetidos nas respostas à aplicação da Técnica, apresentando uma constelação de sintomas relacionados a esse tipo de agressão. Processos importantes, como a projeção em sentido mais amplo que apenas como mecanismo de defesa e o processo de comunicação simbólica, permitem a obtenção de dados que indicam a experiência vivida e viabilizam interpretações e conclusões para o encaminhamento mais adequado ao caso.

Palavras Chave: Psicodiagnóstico, Rorschach, Abuso sexual, Personalidade

O tema do presente trabalho foi escolhido a partir de reflexões e dificuldades encontradas no transcorrer do estágio supervisionado em Psicodiagnóstico no Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). O psicodiagnóstico é um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos, em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos ou para classificar o caso e prever o seu curso possível, comunicando os resultados, na base dos quais são propostas soluções, quando é o caso. (Cunha, 2003).

A atividade de avaliação psicológica faz parte do rol de atribuições concedidas ao psicólogo e o presente trabalho busca analisar as contribuições do Psicodiagnóstico de Rorschach para aprofundamento da investigação da personalidade em casos de difícil acesso de informações, a exemplo dos casos de abusos sexual. O fenômeno da pedofilia vem aumentando nos últimos tempos, crescendo também a necessidade do adequado preparo dos profissionais para atuar na avaliação e assistência psicológica à vítimas envolvidas nesse tipo de evento.

Este trabalho busca descrever o processo de psicodiagnóstico e seus instrumentos, os processos psicológicos envolvidos na situação de resposta à Técnica de Rorschach, avaliar suas contribuições para a investigação da personalidade em casos de abuso sexual, com base em estudos publicados na literatura, e tecer considerações gerais acerca do tema.

O psicodiagnóstico é um estudo profundo da personalidade, do ponto de vista fundamentalmente clínico e pressupõe o engajamento e a colaboração do examinando, sem os quais é difícil que o processo obtenha os resultados esperados. Nas demandas clínicas voluntárias, a adesão do examinando é de quase 100%, vez que não existe a possibilidade de que o resultado do laudo a ser apresentado possa contribuir para eventuais punições ao

examinando. Em outros tipos de casos, o processo pode ser dificultado pelo fato de que há um limite de tempo a ser respeitado para sua execução e conteúdos importantes ao esclarecimento da demanda do exame podem ser omitidos ou também ser verbalizada uma colaboração que, na realidade, se concretiza de forma parcial. Esta situação pode ser evidenciada em casos onde não há motivação do cliente, a exemplo das demandas judiciais, ou naqueles nos quais o examinando encontra-se impedido, seja por coerção ou por vergonha de revelar determinados conteúdos que lhe trazem sofrimento, como nos casos de vítimas de abusos sexual.

Com o aumento dos números relativos à atuação de pedófilos, é necessário revalorizar a etapa diagnóstica do trabalho clínico de modo dotar os profissionais que vão atuar com o acompanhamento de casos em que envolvem vítimas de abuso de instrumentos de apoio. Neste contexto, as técnicas projetivas surgem como ferramentas que possibilitam ao psicólogo aprofundar o processo de investigação das características da personalidade do examinando, uma vez que, pelo processo de projeção, permitem ao psicólogo o acesso a conteúdos latentes, mais profundos, que se colocam por trás do conteúdo manifesto, o comportamento observável, seja ele verbal ou não verbal.

Como poderá ser visto no Capítulo 1, o processo de psicodiagnóstico é composto por duas etapas e compreende métodos quantitativos e qualitativos. Vários são os instrumentos de que dispõe o psicólogo para dar conta dessa tarefa, sendo descrito e sugerido no Capítulo 2 o uso do Psicodiagnóstico de Rorschach para o aprofundamento da investigação da personalidade. No Capítulo 3 são descritos os principais processos psicológicos envolvidos na situação de resposta às pranchas. Em seguida, no Capítulo 4, é apresentada uma avaliação sobre as contribuições da Técnica de Rorschach para apontar indícios de abuso sexual, com base em resultados de pesquisas publicadas nas quais foram interpretadas as repostas obtidas de crianças que, como descreve a literatura consultada, foram comprovadamente vítimas

desse tipo de violência. Finalizando o presente trabalho, são apresentadas considerações gerais apontando para a necessidade do adequado preparo dos profissionais para o uso da técnica e elaboração de laudos que podem trazer alterações significativas tanto para as vítimas quanto para os possíveis agressores.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO

Existem várias concepções e estruturações do diagnóstico psicológico. O próprio uso do termo varia de acordo com essas concepções. Encontra-se, muitas vezes, a utilização dos termos “psicodiagnóstico” e “diagnóstico da personalidade”, “estudo de caso” ou “avaliação psicológica” em vez de diagnóstico psicológico. Cada um desses termos é utilizado preferencialmente por grupos de profissionais posicionados de forma diferente diante da Psicologia. (Trinca e col., 1984)

Segundo o dicionário, “diagnóstico” significa “conhecimento ou determinação de uma doença pelos sintomas; avaliação”. Bueno (1996, p.212). A palavra “diagnóstico”, segundo Trinca e col. (1984), origina-se do grego *diagnōstikós* e significa discernimento, faculdade de conhecer, de ver através de. Para este autor, o termo é definido dessa forma quando se pretende explicitar a compreensão de um fenômeno, pois se busca discernir nele aspectos, características e relações que compõem um todo, chamado de conhecimento do fenômeno.

Doron & Parot (2002) especificam a seguinte definição de avaliação: “Termo genérico que designa a estimativa do valor ou do estado, na maioria das vezes por um referencial a um ideal ou a uma norma, baseando-se quer em apreciações subjetivas, quer em medições” (p.106). O mesmo autor aponta que são distinguidos três grupos de definições de avaliação: as definições baseadas em objetivos, onde se determina em que medida os objetivos de um programa ou de um tratamento são alcançados; as definições descritivas,

onde se trata de coligir informações que ajudem à tomada de decisões; e as definições judiciais, onde se formula um julgamento em termos de validade, de mérito ou de valor.

Distinguem-se ainda dois modelos de avaliação: prescritivo e descritivo. O modelo prescritivo consiste em um conjunto de regras que precisam o que é uma avaliação válida e indicam como deve ser realizada. Já o modelo descritivo é teórico e consiste em um conjunto de proposições empíricas em forma de leis que permitem descrever, prever ou explicar as atividades avaliativas. Do ponto de vista metodológico, a avaliação pode ser quantitativa ou qualitativa. A primeira categoria depende epistemologicamente do positivismo; o método escolhido é emprestado das ciências ditas exatas e procura a objetividade, partindo das definições operatórias e adotando uma abordagem essencialmente estatística. Por outro lado, a abordagem qualitativa invoca epistemologicamente a hermenêutica, que privilegia a compreensão (avaliação antropológica, fenomenológica). (Doron & Parot, 2002).

Diversos também são as definições encontradas na literatura acerca do que seja avaliação psicológica. Em Anastasi & Urbina (2000), trata-se de um foco no estudo intensivo de um ou mais indivíduos por meio de múltiplas fontes de dados. Para Cunha (2003), avaliação psicológica é um conceito muito amplo e psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica, assim definido:

processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (in put), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever o seu curso possível, comunicando os resultados (out put), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso (p.26).

Psicodiagnóstico é um estudo profundo da personalidade, do ponto de vista fundamentalmente clínico, e quando o objetivo do estudo é outro (trabalhista, educacional, forense, etc.), o psicodiagnóstico clínico é anterior e serve de base para conclusões afetas a essas áreas. Fazer um diagnóstico psicológico não significa necessariamente fazer um psicodiagnóstico. Arzeno (1995). Então, o que os diferenciaria? Segundo a autora, este termo implica automaticamente a administração de testes e que estes nem sempre são necessários ou convenientes.

Buscando novamente Doron & Parot (2002), encontra-se a definição de estratégia como “atividades pelas quais o sujeito escolhe, organiza e administra suas ações tendo em vista realizar uma tarefa ou atingir um objetivo” (p. 315). Neste contexto, em uma análise das referências e conceitos apresentados, pode-se concluir que o processo psicodiagnóstico é uma estratégia de avaliação psicológica que associa os métodos qualitativos e quantitativos para o alcance de um objetivo definido. Dessa forma, alia instrumentos clínicos, projetivo e psicométrico. Assim, alguns especialistas defendem a idéia de que essa é a metodologia de avaliação mais segura para se estabelecer diagnósticos e prognósticos confiáveis. Compõe-se de duas etapas: na primeira é realizado exame clínico com entrevistas para levantar a história clínica e pessoal, verificar o estado mental e estabelecer a hipótese diagnóstica. Na etapa seguinte, a partir da hipótese diagnóstica e do objetivo proposto, são escolhidos os instrumentos para o exame complementar no qual são utilizados testes. Procedidas as duas etapas do exame, os dados obtidos são analisados, interpretados, comparados e, finalmente, procuram-se os pontos de convergência que permitem chegar a um posicionamento final. Vários são os instrumentos utilizados pelo psicólogo para apoio a sua estratégia de avaliação, dentre os quais podem ser mencionados: entrevistas, questionários, jogos e testes (cognitivos, psicomotores ou projetivos).

Cunha (2003) indica que o psicodiagnóstico é realizado com propósitos clínicos e, portanto, não abarca todos os modelos de avaliação psicológica de diferenças individuais e assim descreve os comportamentos a serem adotados pelo psicólogo durante o processo de psicodiagnóstico, alertando para o fato de que podem variar na especificidade e seriação, conforme os objetivos do psicodiagnóstico:

1. determinar motivos do encaminhamento, queixas e outros problemas iniciais;
2. levantar dados de natureza psicológica, social, médica, profissional e/ou escolar;
3. colher dados sobre história clínica e história pessoal, procurando reconhecer denominadores comuns com a situação atual, do ponto de vista psicopatológico e dinâmico;
4. realizar o exame do estado mental do paciente (exame subjetivo), eventualmente complementados por outras fontes (exame objetivo);
5. levantar hipóteses iniciais e definir os objetivos do exame;
6. estabelecer plano de avaliação;
7. estabelecer contrato de trabalho com o sujeito ou o responsável;
8. administrar testes e outros instrumentos psicológicos;
9. levantar dados quantitativos e qualitativos
10. selecionar, organizar e integrar todos os dados significativos para o objetivo do exame, conforme o nível de interferência previsto, com os dados da história e características das circunstâncias atuais de vida do examinando;
11. comunicar resultados (entrevista devolutiva, relatório, laudo, parecer e outros informes), propondo soluções, se for o caso, em benefício do examinando;
12. encerrar o processo.

1.1 Breve histórico

Muito se caminhou até chegar ao psicodiagnóstico nos moldes aqui detalhados. Villar (1967) aponta que as histórias do psicodiagnóstico clínico e da psicometria correm de forma paralela. Esse autor indica que a escala de Binet-Simon, do ano de 1905, tinha por finalidade psicopedagógica identificar os alunos das escolas francesas que apresentavam retardo mental, para que fossem direcionados a cuidados especiais. Mas que, dez anos antes, Kraepeling, um grande psiquiatra da época, já havia começado a utilizar provas rudimentares, a exemplo de exames de cálculos numéricos e de memória, como complemento valioso à investigação clínica. Alguns anos mais tarde, Oehrn utiliza provas de percepção, de memória, de capacidade associativa e de destreza manual em pacientes psiquiátricos e, na Itália, o doutor Ferrari, antes da publicação da escala de Binet-Simon, anuncia a grande utilidade da psicometria para o psicodiagnóstico clínico.

O primeiro teste de transcendência psiquiátrica surge no ano de 1921: o famoso Psicodiagnóstico de Rorschach, que já havia sido precedido por outras investigações realizadas por Stern e por Binet, mas com finalidade distinta. Em 1910 os psiquiatras Jung e Breuler haviam criado um teste de associações livres, mas que ficaria relegado aos domínios da criminologia. Villar chama atenção para o fato de que a Técnica de Rorschach, durante a primeira década, foi mais utilizada como medida de inteligência do que como reativo clínico. Paralelamente, aparecem questionários baseados em interrogatórios psiquiátricos, como o Benreuter, que rapidamente é desprezado pelos chamados questionários indiretos. O aparecimento do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (M. M. P. I) traz também uma valiosa contribuição para o arsenal do psicólogo clínico e, a partir do ano de 1936,

generalizam-se as técnicas projetivas de tipo pictográficas, como o Teste de Apercepção Temática de Murray (T. A. T). O psicodrama, de Moreno, a datilopintura, a observação de jogos infantis e, a partir de 1939, as escalas de Wechsler, são marcos cruciais na história do psicodiagnóstico.

Atualmente o Conselho Federal de Psicologia vem realizando trabalho para disciplinar o uso de testes e revitalizar este instrumento para apoio às avaliações psicológicas. A lista dos instrumentos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia para utilização em processos de avaliação psicológica pode ser consultada no endereço eletrônico www.pol.org.br. Pode-se observar entre os instrumentos autorizados aqueles denominados projetivos. Técnica projetiva é aquela que tem como objetivo compreender a dinâmica psíquica de uma pessoa enquanto totalidade em evolução e cujos elementos constitutivos estão em interação, cujo meio consiste em pedir ao sujeito que estruture um material vago, ambíguo, incompleto, verbal ou não: o sujeito pode assim “projetar” para o exterior algumas das estruturas internas de sua personalidade (Doron & Parot, 2002) .

O termo técnica projetiva foi primeiro utilizado por Lawrence K. Frank em 1938, ano em que publicou artigo no *Journal of Psychology* com o título “Os métodos projetivos para o estudo da personalidade”. Ele inventara a expressão “métodos projetivos” para explicar o parentesco entre três provas psicológicas: o teste de associação de palavras de Jung (1904), teste de manchas de Rorschach (1920) e T. A. T de Murray (1935). O artigo mostrava que tais técnicas formam o protótipo de uma investigação dinâmica e global da personalidade (Anzieu, 1989).

Segundo a mesma autora, as técnicas projetivas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Exemplifica a classificação proposta por Frank, que as divide em:

- (a) técnicas constitutivas, o examinando estrutura um material não estruturado (Ex.: Rorschach);
- (b) técnicas construtivas, o examinando parte de um material definido e constrói estruturas maiores (Ex.: Mosaico, Aldeia);
- (c) técnicas interpretativas, o examinando interpreta um material de significação afetiva (Ex.: T. A. T);
- (d) técnicas catárticas, o examinando exterioriza uma reação emocional sob efeito do estímulo (Ex.: desenho ou jogo dramático livre);
- (e) técnicas refractivas, o examinando impõe distorções a uma atividade regular de comunicação (grafologia ou PMK de Mira y Lopes).

A classificação sugerida por Rosenzweig, citado por Anzieu (1989, p165), é assim descrita:

- (a) métodos expressivos motores (Ex.: grafologia ou PMK);
- (b) métodos perceptivos estruturais (Ex.: Rorschach);
- (c) métodos construtivo-dinâmicos (Ex.: T. A. T).

Observa-se que a última classificação listada é mais condensada e busca explicitar os aspectos da personalidade evidenciados. A hipótese subjacente desse tipo de instrumento sugere que a maneira como o indivíduo percebe e interpreta o material de teste ou estrutura a situação irá refletir aspectos do seu funcionamento psicológico. Em outras palavras, como sugere Anastasi & Urbina (2000), “espera-se que os materiais de teste sirvam como uma espécie de tela, na qual os respondentes projetam seus processos de pensamento, suas necessidades, suas ansiedades e seus conflitos característicos” (p.338).

O próximo capítulo busca descrever e apontar o uso de uma das técnicas projetivas aprovadas pelo Conselho Federal de Psicologia, a Técnica de Rorschach, cujas contribuições

são de grande importância para tornar um psicodiagnóstico mais consistente, quando aliado a outros tipos de instrumentos, vez que permite um aprofundamento da investigação da personalidade.

CAPÍTULO II

O USO DA TÉCNICA DE RORSCHACH PARA APROFUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DA PERSONALIDADE NO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO

Adrados (2000) menciona que o Psicodiagnóstico de Rorschach, criado em 1921 por Herman Rorschach, é conhecido como o teste das “manchas de tinta”. Esse instrumento é um método perceptivo estrutural de diagnóstico, composto por 10 lâminas, nas quais contêm borrões de tinta simétricos, sendo algumas cromáticas e outras acromáticas.

Segundo Rorschach (1974), consiste em interpretar formas fortuitas, figuras formadas ao acaso, sendo sua confecção bastante simples. Fazem-se alguns borrões grandes sobre uma folha de papel que será dobrada uma vez e os borrões deverão ser espalhados entre as folhas. O autor do teste alerta que nem toda figura assim obtida poderá se prestar ao uso porque algumas condições carecem ser garantidas para a utilização. As formas devem ser simples porque as figuras complexas dificultam demais o cômputo dos fatores do teste.

Rorschach chegou às dez pranchas padronizadas que constituem esse método de diagnóstico após dez anos de seleção e experimentação. No ano de 1918, confeccionou e elaborou as lâminas usadas na aplicação da técnica, passando a experimentá-las no Hospital de Herisau, servindo-se, para o trabalho experimental, de 288 portadores de transtornos psíquicos e 117 indivíduos sem indícios de transtornos psíquicos, incluindo estudantes de medicina, enfermeiros, crianças e pacientes adultos (Anzieu, 1989). Em 1922, seu trabalho foi reconhecido como de valor científico ao interpretar pela Técnica e às cegas o protocolo de um

paciente de Oberholzer, perante a Sociedade de Psicanálise. O diagnóstico feito por Rorschach, com sua nova técnica, coincidiu com o feito por Oberholzer durante o tratamento psicanalítico com o paciente (Adrados, 2000).

Esse teste é mundialmente utilizado para avaliações psicológicas e as etapas seguidas são: aplicação, inquérito, codificação, cálculo das fórmulas quantitativas, interpretação quantitativa e qualitativa, análise dos dados e elaboração do laudo. A aplicação da Técnica pode ser orientada por várias escolas: alemã, francesa e americana, entre outras. O presente trabalho apresenta citações de autores de diversas escolas, mas tem seu embasamento influenciado, principalmente, pela escola americana, criada por Bruno Klopfer.

2.1 Aplicação e interpretação

Para dar noções sobre como acontece a utilização da técnica e sobre o instrumento, serão descritos alguns pontos sobre a aplicação, de forma resumida, visto que seu detalhamento não faz parte do escopo deste trabalho.

A aplicação do teste requer o seguinte material: (a) dez lâminas padronizadas, de 24,5 por 18 cm, contendo as manchas, colocadas em ordem e posicionadas de face para baixo. Recomenda-se o uso somente de lâminas originais de Hans Huber, de Berna, Suíça; (b) folha de localização com a reprodução acromática das dez lâminas; (c) cronômetro para tomada do tempo de reação e do tempo total; (d) folhas para a tomada do protocolo; (e) lápis (ou canetas) de cor em número suficiente para localização das respostas dadas pelo examinando marcadas na folha de localização; (f) uma mesa com duas cadeiras. De preferência, examinando e examinador devem se sentar lado a lado, ou formando pequeno ângulo entre eles (em torno de

30 a 40°), de modo que o examinador possa observar tanto a prancha utilizada pelo examinando quanto o próprio examinando.

Segundo Adrados (2000), o psicólogo deve primar por manter a neutralidade, afastando qualquer interferência sua em todo o processo. Deve usar linguagem adequada considerando os aspectos de faixa etária e nível cultural, estabelecendo um *rapport* de qualidade, de forma a criar um clima de confiança. A sala para a aplicação do teste deve possuir poucos estímulos e ter, de preferência, cor neutra e clara. A luz deve ser bem graduada, de preferência natural. Pelas experiências obtidas no estágio em projetos de psicodiagnóstico, entende-se que alguns aspectos relativos à capacitação do examinador também são extremamente importantes.

Após toda a preparação necessária, o examinador passa as instruções para a aplicação da prova, que devem ser breves e claras, evitando-se falar em manchas, borrões, figuras, desenhos, etc. Klopfer & Davidson (1989) sugerem as seguintes instruções a serem dadas ao examinando: “Nestas lâminas as pessoas enxergam toda classe de coisas; agora me diga o que é que você vê, o que poderia ser isto, em que lhe faz pensar?” (p.35).

Tudo o que diz o examinando, percepções, comentários, exclamações, críticas, etc., bem como suas atitudes e posições em que coloca as lâminas, deve ser anotado pelo examinador. A segunda parte do teste é a do inquérito ou enquête, em que o examinador vai procurar compreender melhor tudo que o examinando disse na fase de verbalização. Através de perguntas neutras, o examinador procurará averiguar “onde” e “como” o examinando viu cada uma das respostas, explicitando o local, o determinante e o conteúdo de cada resposta. Nesta fase, o examinador vai procurar, então, onde o examinando situou exatamente as respostas nas manchas da lâmina, contornando-as nas folhas de localização com lápis de cores

diferentes. Procurará, também, distinguir bem os conteúdos verbalizados e diferenciar quais determinantes levaram a pessoa a dar uma ou outra resposta e o que influenciou o processo perceptivo associativo do examinando. O fundamental é que o examinador jamais induza o examinando a dar tal tipo de determinante ou qualquer outro dado. “É de extrema importância que os dados levantados no inquérito, posteriormente classificados e tabulados, reflitam o que o examinando quis dizer e não o que o (a) psicólogo (a) imaginou ou simplesmente deduziu que fosse” (Vaz, 1997, p.17). É aconselhado que o próprio examinando faça as marcações na folha de localização.

Após a aplicação, as respostas são codificadas conforme símbolo peculiar a cada escola (americana, francesa, alemã etc.), os dados são agrupados quantitativamente e posteriormente submetidos a uma análise qualitativa que permite tirar conclusões da interpretação e subsidia a elaboração do laudo. A percepção e os determinantes, junto com a frequência e o conteúdo, são os aspectos que, mediante codificação adequada, viabilizam conclusões objetivas quantitativas e estatisticamente comparáveis. Dessa forma, as anotações detalhadas pelo examinador beneficiam a avaliação, na medida em que facilitam o processo de codificação e interpretação e promovem a correta avaliação das respostas e análise adequada do protocolo. Loosi-Usteri (1965) detalha a fase de interpretação em quatro fases: (a) análise e interpretação do aspecto formal (quantitativa ou estatística); (b) interpretação dos choques ou fenômenos especiais; (c) interpretação simbólica do conteúdo e (d) síntese dos resultados. Anzieu (1989) acrescenta uma fase denominada Modalidade de Discurso, onde é analisado o discurso que o indivíduo utiliza para descrever o que vê a partir de estímulos ambíguos, como os da prancha. Nesta situação, é promovida pelo estímulo das pranchas uma

atitude semântica frente ao material atemático. “Um discurso como esses compreende necessariamente modalidades pessoais, típicas do sujeito testado” (p.119).

Arzeno (1995) aponta os determinantes mais importantes a serem questionados: de forma, movimento humano, movimento animal, movimento inanimado, respostas de claro escuro, de textura, de cor acromática, de forma cor, cor forma e de cor pura. As principais categorias de conteúdo, segundo Vaz (1997), podem ser: (a) humano, (b) animal, (c) objeto (d) abstrato, (e) sangue, (f) fogo, (g) arte (h) explosão, (i) sexo e outros.

2.1.1 Fenômenos especiais

Bohm (1973) esclarece que no Psicodiagnóstico de Rorschach existe uma quantidade de fatores que não podem ser medidos e pesados, que se poderia chamar de “imponderáveis”, de grande importância para avaliar a resposta dada a essa prova. São condutas e verbalizações do indivíduo não classificáveis pelos signos habituais e, portanto, não podem ser computados quantitativamente. São os chamados *fenômenos especiais* que devem ser anotados no campo de observações, na última coluna da folha de classificação para servir à análise qualitativa posterior. Os fenômenos especiais foram enunciados pelo próprio Rorschach, mas fundamentalmente foram sistematizados por Ewald Bohm, que listou 73 itens. Passalacqua (2007) acredita que tais fenômenos especiais são de grande importância para o diagnóstico, ainda que nem todos os autores concordem com sua validade para compor o estudo do protocolo, nem sobre a forma de nomeá-los, e consolida uma lista de 145 fenômenos

especiais, a partir de contribuições de vários autores. Como exemplos de fenômenos especiais podem ser mencionados:

(a) Contaminações – podem ser verdadeiras ou atenuadas. As verdadeiras são duas respostas em um mesmo lugar. A condição é que o examinando não possa separar ambas. As idéias são mescladas, superpostas, semelhantes a negativos de fotografias em que fotos aparecem sobrepostas. As atenuadas ou tendências à contaminação, também chamadas respostas mescla ou contaminações de grau 3, são respostas em que se unem dois conceitos, mas não de forma superposta. Há tendência a fundir, mas estão claramente diferenciadas as partes. As figuras mitológicas geralmente são contaminações atenuadas.

(b) Confabulações – quando o examinando parte de um setor da mancha, interpretando ali algo que pode ou não estar bem visto, e generaliza a um setor mais amplo projetando um conteúdo que está mal visto, sendo, portanto sempre negativa ou parcialmente inexata sua qualidade formal.

(c) Idéias de referência - preocupação do examinando em descrever e ilustrar as verbalizações com coisas identificadas com as do seu relacionamento. Ocorre em pessoa demasiadamente confusa ou com transtorno neurótico.

(d) Idéias de auto-referência - também chamado de referências ao Eu. Consiste em sua forma mais comum em projeções da própria pessoa na interpretação. A pessoa identifica coisas suas, de sua propriedade, partes de si mesma na mancha. É mais comum acontecer em indivíduos com transtornos esquizofrênicos.

Como já foi visto, a avaliação qualitativa também pode ser beneficiada pela interpretação simbólica das pranchas. Tal como os fenômenos especiais, há alguns pontos convergentes e divergentes quanto às suas respectivas significações. Na literatura consultada se observou um consenso nas pranchas I, III, IV, VI, VII. A listagem a seguir, sintetizada a partir das contribuições de Augras (1980) e Chabert (2003) e Anzieu (1989) e Jung (2006) apresenta significados encontrados:

1. Prancha I – por ser a primeira, faz o sujeito reviver a experiência de um primeiro contato com uma situação nova, com um objeto desconhecido, e revela os recursos e as maneiras com que o indivíduo enfrenta tal situação. Esta prancha também está relacionada com a maternidade, pois evoca as relações com os primeiros objetos, os primeiros contatos mãe-filho em seus aspectos positivos ou negativos.
2. Prancha II – representa, de maneira geral, ameaça, e mobiliza experiências dramáticas e traumáticas vividas. Revela se as experiências de uma pessoa na infância foram dirigidas pelo trágico ou pelo lúdico; a personalidade traumática desvela-se nesta prancha. “O indivíduo revive, nela, alguns dos principais conflitos de sua infância” .(Anzieu, 1989, p. 112).
3. Prancha III- evoca a figura humana, masculina em geral, a sociabilidade comum. É a prancha das relações humanas; revela como está estruturada a identidade do indivíduo, como este se representa face a seu semelhante e como o outro é reconhecido como pessoa humana.
4. Prancha IV – introduz a imagem paterna, geralmente vista como terrível e imponente. Os problemas de identificação do examinando encontram nela uma objetivação. Presença de conteúdos simbólicos femininos (gruta, concha, etc.) numa

resposta global nesta prancha estaria relacionada com homossexualismo masculino. (Augras 1980, p 135).

5. Prancha V – evoca o próprio eu do examinando. As dificuldades de auto-aceitação aparecem quase sempre de maneira nítida nesta prancha. Relaciona-se com a representação de si: sua imagem corporal, seu auto-conceito, sua identidade. Avalia a integridade psíquica do indivíduo ou a presença de indícios de desintegração e dissociação psíquica;

6. Prancha VI – evoca o simbolismo sexual, pois possui detalhes que sugerem o falo e a genitália feminina; a recusa desta prancha ou a supressão destes detalhes evoca dificuldades nesta área. Refere-se à sexualidade e a como esta é experienciada e integrada à personalidade e à identidade do indivíduo, como este a administra perante o outro.

7. Prancha VII – prancha materna por excelência. Desperta sensação de ser abraçado, rodeado pelos braços da mãe e por assim dizer, sentir segurança. Inversamente o choque ao vazio do centro parece significar medo ao abandono, da frustração afetiva e, ligando-se a traumatismos antigos, perturbações da relação com a mãe e distúrbios afetivos e sexuais que delas advêm.

8. Prancha VIII – pode representar o mundo externo e despertar reações afetivas de natureza psicossocial, potencialidades de sociabilidade e de convivência com os outros no nível dos sentimentos. Representa os contatos afetivos com o meio exterior. Pode evocar representações do interior do corpo, associados a temas de fragmentação ou destruição.

9. Prancha IX – prancha materna também, diz mais respeito ao inconsciente. Evoca lembranças maternas precoces, inclusive pré-natais. Estimula a afetividade íntima,

primária e profunda, e a intimidade ligada à mãe. Nesta prancha projetam-se as configurações emocionais moldadas nas relações primárias com a mãe.

10. Prancha X – as respostas a essa prancha são interpretadas como reações diante do perigo, do despedaçamento e desagregação. Orr (1958, citado por Augras, 1980). Revela a capacidade do indivíduo de enfrentar a realidade do mundo, múltipla e variada, mantendo a unidade e a integridade do eu. Mede também a capacidade produtiva do indivíduo. Pode despertar no indivíduo angústia diante da possibilidade de aniquilamento e fragmentação psíquica.

Segundo Jung (2006), de todas as pranchas de que se utiliza a técnica, três são fundamentais para a investigação pericial da criança abusada, em função do simbolismo que evocam: II (traumas), IV (figura masculina, paterna) e VI (sexualidade). O foco nesta pranchas não exclui a necessidade de atenção ao estudo global das demais, que fornecem elementos importantes para a compreensão do caso e do funcionamento psíquico. Segundo experiências obtidas no estágio em psicodiagnóstico no Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), pode ser constatado que os fenômenos especiais e a análise do conteúdo simbólico das pranchas se constituem em elementos importantes e reveladores para a avaliação qualitativa dos protocolos examinados, permitindo conclusões para subsidiar a construção do laudo. L.K Frank (1939, citado por Adrados, 2000) afirma que:

o método de Rorschach proporciona uma técnica mediante a qual o indivíduo é induzido a revelar seu mundo privado, expressando o que vê em diversas lâminas onde pode projetar seus sentimentos, justamente porque as lâminas não constituem objetos socialmente estandardizados ou situações frente as

que deve dar respostas culturalmente aceitas. O método de Rorschach é, essencialmente, um sistema para revelar a personalidade de um indivíduo como indivíduo, em contraste com os sistemas que procuram classificá-lo ou determinar seu valor segundo seu grau de conformidade e ajustamento às normas sociais de ação e de linguagem (p. 6).

O mesmo autor, conclui que o Psicodiagnóstico de Rorschach e outros métodos projetivos são reveladores precisamente em virtude de que o examinando não tem consciência do que está expressando e não dispõe de normas culturais atrás das quais possa se ocultar.

2.2 Aspectos revelados por meio da técnica

Pela forma com que o indivíduo percebe, interpreta, projeta e dá significado aos estímulos ambíguos apresentados, Klopfer & Davidson (1989) destaca os seguintes aspectos que podem ser revelados pelo Psicodiagnóstico de Rorschach: cognitivos ou intelectuais, afetivos ou emocionais e funcionamento do Eu.

No aspecto cognitivo é possível estimar o status e funcionamento intelectual, tipo de enfoque, poder de observação, originalidade do pensamento, produtividade e amplitude de interesses. No aspecto afetivo pode ser estimado o tônus afetivo geral, sentimentos a respeito de si mesmo, capacidade de responder aos outros, reações ao estresse emocional e controles dos impulsos afetivos. Já no aspecto do funcionamento do Eu é evidenciada a força de integração, as áreas de conflito e as defesas.

Vaz (1997) afirma que por meio desta técnica é possível avaliar os traços de personalidade do indivíduo, o funcionamento de suas condições intelectuais, o nível de

ansiedade básica e situacional. Verifica-se, também, a depressão, as condições afetivas e emocionais, o controle geral e a capacidade para suportar frustrações e conflitos, bem como a situação do indivíduo quanto à adaptação ao trabalho e ao ajustamento e integração humanos. O autor acrescenta que além de avaliar elementos psicodinâmicos como impulsos, instintos, reações emocionais e nível de aspiração, o instrumento é capaz de auxiliar o psicólogo no diagnóstico de pacientes com problemas de interferência neurológica e com perturbações ou desvios de conduta.

Pelo que pode se constatar, este instrumento apóia a concepção de psicodiagnóstico defendida por Ocampo (2003), de que a investigação psicológica deve ir além do simples ato de mencionar os elementos constitutivos e conseguir realizar uma descrição e compreensão da personalidade do paciente. Apesar de algumas contestações, sobre as quais será mencionado mais adiante, o Psicodiagnóstico de Rorschach, se reveste de características que o dotam de método científico de investigação com grandes recursos. Conforme aponta Chabert (2003), o Rorschach estabeleceu-se como um poderoso instrumento de avaliação a volta de dois paradigmas: um, psicométrico, centrado na quantificação e nas tipologias, e outro fundado da interpretação em que os elementos de análise são sustentados por pressupostos teóricos psicanalíticos. Apesar de seus grandes recursos, não se dispensa a utilização de outros instrumentos no processo avaliativo.

Para entender um pouco melhor como o indivíduo reage a utilização da técnica de modo a permitir ao psicólogo o acesso a dados que lhe permitem tais avaliações, no capítulo seguinte serão analisados os processos psicológicos envolvidos na reação do examinando a resposta à aplicação da técnica.

CAPÍTULO III

PROCESSOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS NAS RESPOSTAS À TÉCNICA DE RORSCHACH.

Há uma variedade de processos psicológicos envolvidos na situação de resposta a esta técnica. E quais seriam eles? Como é possível que um teste possa refletir a estrutura da personalidade, ou, ao menos parte essencial dela? Para tentar responder a esse questionamento, serão repassados alguns conceitos que permeiam a descrição do processo que o examinando experiencia na resposta ao estímulo do examinador na aplicação da técnica. Como pode ser visto em capítulo anterior, na situação de resposta ao Psicodiagnóstico de Rorschach o indivíduo é estimulado a interpretar 10 pranchas onde são estampadas formas fortuitas, figuras formadas ao acaso, cromáticas e acromáticas. Rorschach (1974) afirma que a interpretação das manchas de tinta situa-se no campo da percepção e da apercepção. Duas características situam este método projetivo dentro das tendências da psicologia da forma e da psicanálise, que são respectivamente: a ambigüidade do material apresentado ao sujeito e a liberdade que é dada para responder aos estímulos apresentados. Essas duas características evidenciam que há uma variedade de processos psicológicos envolvidos na situação de resposta a esta técnica os quais poderiam ser elencados: sensação, percepção, interpretação e projeção.

3.1 Sensação, percepção e interpretação

Paim (1993) conceitua sensação como fenômeno psíquico elementar, que resulta da ação da luz, do som, do calor sobre os nossos órgãos dos sentidos e que existe uma relação causal. Schiffman (2005) esclarece que sensação refere-se ao processo inicial de detecção e codificação da energia ambiental e é pertinente ao contato inicial entre o organismo e seu ambiente. Por outro lado, a percepção, refere-se ao produto dos processos psicológicos nos quais significado, relações, contexto, julgamento, experiência passada e memória desempenham um papel. Dessa forma, a percepção envolve organização, interpretação e atribuição de sentido àquilo que os órgãos sensoriais processam inicialmente. Em resumo, “a percepção é o resultado da organização e da integração de sensações que levam a uma consciência dos objetos e dos eventos ambientais” (p.2). Essas informações levam a considerar quão é importante assegurar as características do ambiente de aplicação do teste mencionadas no capítulo 2, de modo a evitar que interferências dessa natureza interfiram na qualidade das respostas.

Segundo Doron & Parot (2002), numerosos dados científicos demonstram que a percepção não realiza um simples registro do real: as diferentes modalidades sensoriais, por meio dos quais os organismos das diversas espécies entram em contato com o mundo exterior, recortam seletivamente, informações específicas na realidade física, excluindo outras. Este autor conceitua *interpretação* como atribuição de sentido, de significação a fatos de diferentes naturezas: fala, atitudes, acontecimentos, situações. Afirma que a atribuição de sentido constitui pré-requisito necessário para a apreensão compreensiva de uma situação e baseia-se num sistema referencial, formado dos conhecimentos do sujeito. Observam-se aqui a

importância de se considerar nas avaliações dos protocolos os aspectos de cultura e ambiente social onde o sujeito está inserido.

Segundo Doron & Parot (2002), *engramas* são “traços mnésicos inscritos no tecido nervoso” (p.280) e o termo *mnésico* “determina o conjunto dos processos mentais que permitem conservar informações a respeito dos acontecimentos passados. A percepção pode ser definida como a integração associativa de engramas com atuais complexos de sensações. Na percepção das manchas existe um esforço de integração consciente e a comprovação intrapsíquica de que o complexo de sensações e o engrama não são perfeitamente idênticos é o que faz com que a percepção das mesmas tenha caráter de interpretação. Desse modo, enquanto os indivíduos com ou ausência de transtornos psíquicos “interpretam” as manchas, de modo geral, todos aqueles que de alguma forma têm sua capacidade de crítica diminuída a nível patológico, dão suas respostas representando exatamente o verdadeiro conteúdo das manchas, não havendo nelas o fenômeno de assimilação associativa entre os próprios engramas e o complexo de sensações recentes. (Adrados, 2000)

3.2 Projeção

Outro conceito envolvido na situação de resposta ao Psicodiagnóstico de Rorschach é o de projeção. O conceito de projeção utilizado com frequência no campo da psicologia clínica e da psiquiatria tem evoluído e foi introduzido por Sigmund Freud a partir de alguns casos patológicos em que, sendo difícil ao paciente aplacar a ansiedade provocada por uma excitação sexual, acabava por projetá-la sobre o mundo externo. Isto pode ser mais bem conhecido pelo relato de Freud sobre o caso Schreber, que pode encontrado na obra desse autor. Tempos depois, este conceito foi aperfeiçoado por ele mesmo, que o definiu como um

processo que consiste em atribuir a certos elementos do ambiente os próprios impulsos, tendências e sentimentos, como um mecanismo de defesa do ego que permite ignorar as próprias pulsões indesejáveis. (Endara, 1967). Após analisar vários autores como Freud, Jung, M. Klein, Augras e Eirado Silva, Bunchaft (1995), sintetizou que o conceito de projeção possui primordialmente três tipos de acepção: a primeira se refere à projeção como um mecanismo de defesa (inconsciente), envolvidos nos processo neuróticos e psicóticos. A segunda se refere ainda como sendo a projeção uma defesa, porém diferente da acepção anterior e estaria ligada a resposta a situações ansiogênicas vinculadas a fenômenos normais, tais como a superstição, a formação de tabus, o animismo, as crenças religiosas e o desenvolvimento infantil. A terceira se difere ainda mais porque a projeção não é vista como um mecanismo de defesa, mas como uma maneira de compreender e estruturar o mundo externo com base em aspectos do mundo interno do indivíduo. Dessa forma, conforme explica Bunchaft, abrange também conteúdos conscientes, aceitáveis e não reprimidos pelo sujeito.

A afirmação de autores tão importantes para a psicologia fundamenta a proposta deste trabalho, que busca evidenciar a importância da inclusão do Psicodiagnóstico de Rorschach no rol de instrumentos a serem aplicados aos examinando em situações nas quais é dificultado ao psicólogo o acesso a informações por meio de entrevista clínicas ou outros instrumentos, a exemplo de casos de psicodiagnóstico em vítimas de abuso sexual. Nesta situação, muitas vezes a vítima se encontra em situação de opressão e é impelida pelo agressor a omitir a agressão ou, a experiência do abuso foi tão dolorosa que foi reprimida no inconsciente da vítima. A prancha se constitui em um estímulo ambíguo não havendo a priori definição alguma do que tais manchas poderiam representar. O examinando ao perceber as

informações emanadas das manchas recorta seletivamente os perceptos, interpreta o estímulo segundo as experiências vividas e lhe atribui um significado particular utilizando o

33

mecanismo de projeção em seu sentido mais amplo daqueles aqui descritos. Cabe ao sujeito examinado definir o que está a espera de definição e nomeá-los. Ao estruturar ativamente e espontaneamente este campo não estruturado, ele revela a composição de sua própria personalidade, pois é a organização de sua personalidade que estruturará a percepção das manchas Jung (2006, citando Anzieu, 1984 e Augras, 1998). A técnica de Rorschach é um instrumento que estimula um tipo de discurso menos controlado pela consciência e, portanto, mais revelador da verdade interior do sujeito. As manchas de tinta são ambíguas e não possuem conceito do que seja certo e errado de forma pré-estabelecida. Ao responder ao estímulo da prancha, o examinando desconhece os aspectos que estão sendo revelados sobre ele naquele momento e não pode controlar e manipular de forma consciente as respostas. Este fato é bastante importante nos casos de psicodiagnóstico por demandas judiciais, onde há interesse do examinando em manipular a resposta para evitar punições futuras.

A importância da utilização desta técnica, na situação descrita, pode ser corroborada pela afirmação de Lawrence K. Frank (1939, citado por Adrados, 2000), cujo teor assim se transcreve:

o método de Rorschach proporciona uma técnica mediante a qual o indivíduo é induzido a revelar seu mundo privado, expressando o que vê em diversas lâminas, onde pode projetar seus sentimentos, justamente porque as lâminas não constituem objetos socialmente estandarizados ou situações frente às que deve dar respostas culturalmente aceitas. O Rorschach e outros instrumentos projetivos de diagnóstico são reveladores, precisamente em virtude de que o

examinado não tem consciência do que está expressando e não dispõe de normas culturais atrás das quais se possa ocultar. (p.6)

35

Analisando o comportamento do examinando diante da situação do Psicodiagnóstico de Rorschach, pode ser concluído que vários são os processos psicológicos envolvidos nas respostas ao Psicodiagnóstico de Rorschach e o conceito de projeção no sentido freudiano: projeção como mecanismo de defesa do ego contra tendências inconscientes reprimidas e atribuídas ao mundo exterior não seria o único a explicar o que ocorre com examinando ao emitir suas respostas. Conforme experimentos relatados por Bellak (1967, p.26), a projeção como mecanismo de defesa é um caso particular de um processo mais amplo, que abrange conteúdos conscientes e inconscientes, inaceitáveis e valorizados, reprimidos e não reprimidos. Tal hipótese foi corroborada experimentalmente pelo autor, ao verificar que após uma ordem pós-hipnótica os indivíduos projetavam em seus relatos, sentimentos disfóricos ou eufóricos conforme a sugestão prévia. Nos casos de sentimentos eufóricos, não havia motivo para que os conteúdos fossem projetados como defesa do ego porque não havia necessidade de que o ego se defendesse dos efeitos desagregadores da euforia. Neste contexto, conclui-se que convivem vários processos psíquicos sem que haja um sentido de hierarquia entre eles. Os testes projetivos constituem uma forma de linguagem simbólica que fornece informações sobre as representações que as pessoas fazem do mundo, de si mesmas e de suas experiências de vida. Os indivíduos projetam nos estímulos externos seu mundo interior, suas características de personalidade, seus sentimentos e suas experiências passadas. Segundo Jung (2006), “Os temas que aparecem nos conteúdos das respostas ao Rorschach proporcionam informações acerca de como o mundo e as pessoas são percebidos, significados e vivenciados pelo sujeito” (p.98). As técnicas projetivas são úteis ao psicólogo nas situações em que é

necessário desvendar aquilo que a pessoa, objeto de diagnóstico, não quer ou não tem condição de revelar sobre si mesma, sendo usadas para conhecer a pessoa em seus aspectos não aparentes. (Silva, 1981)

36

Para ilustrar as contribuições desta técnica no processo de psicodiagnóstico em vítimas de abuso sexual, no capítulo seguinte serão mencionados estudos que demonstram respostas de crianças abusadas sexualmente e submetidas ao Psicodiagnóstico de Rorschach, exemplificando os tipos de respostas que foram por elas elaboradas a partir do estímulo das dez pranchas que compõem a técnica. Nos estudos que serão relatados poderá ser observado que os mecanismos apresentados neste capítulo, principalmente a posição de Bellak a respeito do conceito mais amplo de projeção, permitiu aos pesquisadores obter informações de indícios da agressão praticada. Por meio do relato das vítimas que demonstraram sintomas de abuso apresentados na literatura, obtidos do psicograma dos indivíduos examinados e também por meio da análise de resposta sobre conteúdos específicos emitidas pelas vítimas comprovadamente abusadas. “O psicograma constitui a síntese quantitativa dos fatores que intervieram na produção das respostas no teste de Rorschach” (Doron & Parot, 2002, p.627).

CAPÍTULO IV

AS CONTRIBUIÇÕES DA TÉCNICA DE RORSCHACH PARA APROFUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DA PERSONALIDADE EM CASOS DE ABUSO SEXUAL

Como já mencionado neste trabalho, o processo de psicodiagnóstico é uma estratégia de avaliação psicológica que associa os métodos clínico, projetivo e psicométrico e compõe-se de duas etapas: o exame clínico e os exames complementares (projetivo e psicométrico), cuja escolha depende dos objetivos a serem alcançados com o processo em curso. A entrevista, em conjunto com outros instrumentos de medida de atributos específico, se constitui em ferramenta bastante eficaz para a construção de uma avaliação psicológica, notadamente quando a participação do examinando se dá de forma voluntária. Porém, muitas vezes o examinando não comparece de forma espontânea e freqüentemente o engajamento para realização da avaliação pode ser simulado ou o examinando pode estar em situação de coação ou inibição e a entrevista não fornecer ao examinador dados importantes que podem ser omitidos de forma voluntária ou involuntária por meio da verbalização distorcida ou omissões por parte do examinando. Neste contexto, que pode ser observado principalmente em demandas oriundas da justiça, a exemplo de casos de abuso sexual, as técnicas projetivas

aparecem como um meio de investigação de grande utilidade, se constituindo em estratégia de abordagem indireta que preserva o examinando.

4.1 O Abuso Sexual

O abuso sexual é uma forma de agressão que “vitimiza” crianças e adolescentes e são difíceis de ser diagnosticados. É uma forma de maltrato que explora a relação de poder sobre as crianças para gratificação sexual de um adulto ou de outra criança significativamente maior. Os fatos que o definem são a relação de poder e a incapacidade das crianças de dar um consentimento consciente. Como essa violência interpessoal constitui uma transgressão, menos ou mais consciente, das normas que regulam a função disciplinadora do adulto, o agressor passa a exigir que a vítima seja “cúmplice” em um “pacto de silêncio”. A vítima tem assim, não só restringida sua potência de ação e reação, mas também censurada sua palavra, passando a viver com medo da coação da revelação e de conseqüentes punições (Fuks, 2005). Para suportar esta situação, a criança abusada desenvolve como mecanismo de defesa a Síndrome do Segredo por meio da negação e dissociação. Esta síndrome é um “acordo” entre o abusador e o abusado, de que aquilo que ocorre entre eles deve permanecer oculto e é mantido através de benefícios para a criança ou por ameaças físicas e psicológicas. (Fortes, Scheffer & Kapezinski, 2007).

Green (1995) afirma que o abuso sexual pode ocorrer ao longo de anos e varia em gravidade, desde carícias leves até estupro violento resultando em ferimento físico. Este autor

esclarece que as vítimas deste tipo de violência variam em idade, desde bebês a jovens adultos e as práticas se diferenciam segundo o sexo da criança agredida. As meninas são referenciadas como vítimas em frequência cinco vezes superior aos meninos e as formas mais comuns de abuso sexual praticadas neste caso são exibicionismo, carícias, contato genital, masturbação, relação vaginal, oral ou anal praticados por um agressor do sexo masculino. Os meninos também são tipicamente abusados por um agressor masculino e, em geral, são submetidos a carícias, masturbação mútua, felação e relação anal.

As crianças vítimas de abuso se sentem traídas, não só pelo abusador, mas também por outras pessoas nas quais confiam ou até mesmo pelos órgãos judiciais, que muitas vezes não acreditam na sua história e exigem provas que na maioria dos casos, não existem. Um modelo para explicar os efeitos traumáticos do abuso sexual identifica quatro fatores causadores de trauma: Sexualização traumática, impotência, estigmatização e traição. A sexualização traumática ocorre pela estimulação sexual e do reforço das respostas sexuais da criança, de modo que ela aprende a fazer uso deste tipo de comportamento para gratificar inúmeras necessidades não sexuais, levando a uma atividade sexual prematura e inadequada, a uma identidade sexual confusa e a padrões pervertidos de estimulação sexual. A impotência refere-se ao desamparo durante a violência sexual levando a temores e ansiedade. Por outro lado, a estigmatização descreve o sentimento da criança de ser incriminada e prejudicada pelo abuso, o que pode ser reforçado por iguais e por familiares, provocando vergonha, culpa e baixa estima. Já a traição refere-se à desilusão aguda da criança, quando sexualmente explorada de forma cruel por um pai ou cuidador em quem ela confia e de quem espera amor e proteção. A traição pode levar a uma desconfiança generalizada dos outros, à hostilidade e raiva. (Green, 1995).

Segundo Finkelhor & Browne (1986, citado por Green, 1995), o abuso sexual ocorre numa interação familiar patológica que inclui estigmatização, traição, inversão de papéis, superestimulação e violação de fronteiras físicas e psicológicas. A violência sexual aguda, incluindo sexualização traumática e impotência, produz temores e sintomas relacionados à ansiedade como pesadelos, transtornos de sono, hipervigilância, transtornos de estresse pós-traumático e sintomas psicossomáticos. A disfunção familiar e de longo prazo subjacente, que produz estigmatização e traição leva a culpa vergonha, baixa auto-estima, depressão, desconfiança, sintomas paranóides e defesas patológicas. Distúrbios de comportamentos sexuais e de identidade de gênero podem resultar da sexualização traumática, inerente tanto ao abuso agudo quanto à superestimulação sexual crônica na família disfuncional. A gravidade tanto dos sintomas agudos quanto de longo prazo, dependem de variáveis como: (a) idade e nível de desenvolvimento da criança, (b) personalidade preexistente da criança, (c) início, duração e frequência do abuso, (d) grau de coerção e trauma físico, (e) relação entre a criança e o abusador (f) resposta da família à revelação, (g) resposta institucional, (h) disponibilidade e qualidade da intervenção terapêutica.

4.2 Estudos com utilização da Técnica de Rorschach em vítimas de abuso sexual.

Na literatura consultada (periódicos e publicações da Sociedade Brasileira de Rorschach contendo estudos recentes sobre o tema) foram encontradas pesquisas que podem reforçar a importância da utilização do Psicodiagnóstico de Rorschach como coadjuvante no

processo de investigação tão difícil e delicado e cujos resultados evidenciaram alguns aspectos e sintomas anteriormente descritos. Outros estudos pesquisados também ratificam a característica científica da utilização desta técnica no processo avaliativo. Kamphuis, Kugeares & Finn (2000, citado por Fortes, et al 2007) em uma revisão compreensiva de pesquisas sobre sofrimento psicológico em crianças sexualmente abusadas, encontrou que quarenta por cento das vítimas não exibiam sofrimento aparente, o que instigou um debate em relação ao uso de problemas aparentes de comportamento como único indício de sofrimento sexual em vítimas de abuso sexual. Os resultados desse estudo, segundo Fortes et al (2007), podem levar a concluir que as técnicas projetivas são importantes para se avaliar o sofrimento interno.

4.2.1 Estudo realizado em Porte Alegre.

Fortes et al (2007) publicaram um estudo que teve por objetivo determinar indicativos de abuso infantil em crianças atendidas pelo Hospital das Clínicas de Porto Alegre, nos anos de 2002 e 2003, com utilização deste instrumento. Tratou-se de estudo retrospectivo qualitativo e quantitativo de nove crianças, com idade que variava entre quatro anos e seis meses e onze anos, que foram abusadas sexualmente. Cinco dessas crianças eram do sexo masculino e todas tiveram confirmação médica do abuso. Para alcançar o objetivo da pesquisa as autoras propuseram questões norteadoras como: Quais as características de personalidade da criança abusada sexualmente? Como estão internalizadas as figuras

parentais? Quais os conteúdos mais frequentes nos protocolos de crianças abusadas sexualmente?

Os itens significativos para avaliar as características da personalidade de crianças abusadas escolhidos pelas pesquisadoras foram: ansiedade, depressão, dificuldade na sexualidade, impulsividade, agressividade, defesas paranóides, uso excessivo da fantasia, obsessividade, dificuldade no pensamento lógico, baixa auto-estima, dificuldade de adaptação, pensamento lógico desordenado, dificuldade nos relacionamentos e fragmentação do self. Pelo que pode ser observado na análise das referências apontadas pelas autoras, tais sintomas foram acolhidos a partir de descrições encontradas em tratados de psiquiatria da infância e adolescência sobre os sintomas encontrados em vítimas deste tipo de agressão. Pode se deduzir a partir de sintomas e indícios descritos que as pesquisadoras buscaram uma amostra onde não havia dúvida sobre a agressão sofrida e tiraram algumas conclusões importantes. Obtiveram também informações por meio de interpretações de conteúdos simbólicos das pranchas IV (paterna) e VII (materna) que, conforme visto no capítulo 2, revelam sobre as relações parentais, tão importantes para o desenvolvimento de uma personalidade bem estruturada. Observou-se que dois estudos fundamentaram o trabalho das autoras: o primeiro foi o de Kamphuis e colaboradores (2000, citado por Fortes, et al 2007) no qual foi relatado que pacientes, sabidamente abusados sexualmente, forneceram elevados conteúdos traumáticos (sangue, ansiedade, morbidez e movimento agressivo), quando comparados com pacientes não abusados, onde somente 4% dos pacientes não abusados apresentaram o mesmo tipo de respostas. O segundo estudo foi o de Leavitt (2000, citado por Fortes, et al 2007) onde o autor sugeriu oito categorias de imagens sugestivas de abuso sexual: ansiedade sexual, atividade sexual, violência sexual, vitimização de adultos,

vitimização de crianças, medo de ataque por adultos, medo de ataque por crianças e danos ao corpo (percepção de braços quebrados, feridas, sangue, etc.).

4.2.1.1 Principais indícios do estudo em Porto Alegre

O resultado da pesquisa demonstrou que apareceram com maior frequência as seguintes características de personalidade: dificuldades nos relacionamentos e depressão (apresentadas em oito crianças), impulsividade (em seis crianças), ansiedade (em cinco crianças). Foi apontado também que havia uma constelação de sintomas característicos do desenvolvimento de psicopatologias, pois seis dos nove pacientes apresentaram no mínimo cinco dos sintomas considerados significativos categorizados. Na análise dos protocolos pesquisados foram encontradas imagens ativadas de vitimização de crianças e animais (conteúdo agressivo), de medo de ataque por crianças e animais (conteúdo persecutório) e percepção de danos ao corpo ou de morte em crianças e animais (mórbido). Os resultados demonstraram que os conteúdos traumáticos faziam referências a sangue, sexo, morbidez, medo e movimento agressivo. Para investigar sobre a relação com a figura materna e paterna, as pesquisadoras sumarizaram as seguintes categorias para a figura materna: (a) negligente, (b) agressiva, (c) desvalorizada, (d) distanciamento afetivo, (e) respostas comuns. Já para as relativas à figura paterna, foram utilizadas as categorias: (a) sexualizado e (b) distanciamento afetivo. Quatro das nove crianças perceberam a mãe como uma pessoa agressiva e em relação à figura paterna, cinco das nove crianças a perceberam, também, como agressiva. Essas

respostas foram obtidas certamente por meio da interpretação simbólica das pranchas. Foram expostas ainda, características de agressividade, uso excessivo de fantasia e obsessividade. As pesquisadoras classificaram os conteúdos das verbalizações segundo o sistema de Klopfer e pode ser observado que houve um nível elevado de respostas de conteúdo animal. Três sujeitos obtiveram percentuais acima da média esperada e seis das nove crianças não verbalizaram conteúdo humano. O conteúdo humano descaracterizado (H) foi verbalizado por seis pacientes abusados. Segundo Adrados (2000), “todos os indivíduos, inclusive os muito bem dotados, apresentam respostas zoomórficas na proporção de aproximadamente 25%” (p.100) e “o interesse em si o nos outros se determina, em parte, pela percentagem de respostas H, que deve ser de aproximadamente 20%” (p.102).

Observa-se no citado trabalho a ausência de um detalhamento das codificações que levaram às interpretações e identificação das características elencadas sobre as crianças submetidas à técnica. Mas, a partir das principais características apontadas pelas autoras somadas a análise da literatura e troca de informações com professores que se dedicam ao tema, foi possível sumarizar alguns pontos que identificam no protocolo de Rorschach as características que permeiam o psiquismo da criança acometida pela agressão do abuso sexual apontadas pelo estudo. As características elencadas podem ser reveladas por análises do percentual de cada tipo de resposta e análises comparativas entre proporções dos diferentes determinantes e conteúdos obtidos nas respostas, bem como pela interpretação dos conteúdos verbalizados a partir das projeções e por meio da análise dos fenômenos especiais. As dificuldades nos relacionamentos podem ser verificadas por meio da análise de porcentagem dos conteúdos H e Hd (angústia em relação ao humano), que deve estar entre 15 e 25%; o controle externo das emoções FC (razão do controle) comparado a CF (descontrole) + C

(descontrole total); a porcentagem de conteúdos animal (A) que deve estar entre 25 e 35% e estando acima de 50% indica estereotipia o que pode dificultar o relacionamento social e a comparação de F_c com $cF + c$, que indica ausência de tato nas relações humanas, se F_c for menor que a soma de cF com “ c ”. Os indícios de depressão podem ser obtidos pelas respostas relativas às percepções de claro e escuro, analisando as respostas CK, k e c’(cinza e preto) e também pelo somatório de F, que deve ser maior que 50 %. Já as indicações de impulsividade são reveladas pela análise do controle externo, quando M estiver maior que FM e a ansiedade é indicada quando o somatório de F é menor que 30 % e também pelas respostas K (ansiedade flutuante) e k (ansiedade racionalizada). (O. Abreu [comunicação pessoal] 27 de outubro de 2008)

4.2.2 Estudo realizado em Goiânia.

Outro estudo que pode ilustrar as contribuições do instrumento é a pesquisa qualitativa fenomenológica realizada por Jung (2006), com dados de arquivo do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ). Esta pesquisadora utilizou protocolos do Psicodiagnóstico de Rorschach aplicado em oito crianças vítimas de abuso sexual para compreender como as crianças vítimas de abuso sexual representam as pessoas e a convivência interpessoal, por meio de uma leitura qualitativa fenomenológica- existencial das respostas de conteúdo animal e humano no Psicodiagnóstico de Rorschach. A amostra da pesquisa foi composta de seis meninas e dois meninos com idade entre 4 e 11 anos (na época

do abuso). A autora descreveu a fenomenologia do animal e do humano que foram mais freqüentemente percebidos pelas crianças. Avaliou a gravidade do dano psíquico causado a elas (no que diz respeito aos danos causados à convivência interpessoal) e apresentou uma proposta de codificação dos conteúdos do Rorschach, de modo a adequá-la à analítica existencial, utilizando o sistema da escola francesa.

A pesquisadora afirma que o método fenomenológico parte do estudo do fenômeno tal como este é percebido e vivido pela subjetividade que o experienciou. Esclarece que o Rorschach fenomenológico privilegia a linguagem (nomes, símbolos, imagens, expressões) e concentra-se sobre a análise e compreensão dos temas que emergem do discurso, concentrando-se nos conteúdos das respostas e nas suas qualidades implícitas, buscando, nestes, temas de vida e representações do mundo vivido. O que é permitido, pelo que já foi visto no capítulo anterior, está relacionado com o processo de projeção que atua na situação de resposta à aplicação da técnica. Dessa forma, a abordagem fenomenológica do Rorschach permite leitura dos conteúdos da consciência e a compreensão das representações que as pessoas fazem de si, do mundo e das suas experiências de vida, pois pode ser projetada a relação do eu consigo mesmo, eu - mundo e a relação eu – outro (Jung, 2006).

Como já foi citado neste trabalho existem várias escolas adotadas para interpretação do protocolo do Psicodiagnóstico de Rorschach e as codificações das respostas podem variar segundo diferentes escolas e autores. Na revisão bibliográfica realizada para este trabalho foi verificado que elas se diferenciam, entre outros aspectos, pela ênfase e importância que é dada a parte qualitativa na análise do protocolo. Na mencionada pesquisa, a autora utiliza a escola francesa que valoriza a parte qualitativa e sugere uma revisão das nomenclaturas atribuídas

aos conteúdos animal, humano e ao movimento atribuído a eles, privilegiando o discurso do sujeito e o significado específico de cada resposta, como forma de melhor qualificar os conteúdos encontrados. O que corrobora a importância da interpretação simbólica, já mencionadas anteriormente, para as conclusões obtidas no processo de psicodiagnóstico com utilização do Rorschach.

Para melhor conhecimento dos resultados da pesquisa, seguem algumas explicações da autora acerca da análise do conteúdo no processo de codificação: um mesmo conteúdo, dependendo da maneira como é qualitativamente percebido, podem ser atribuídos significados diferentes. A análise qualitativa dos conteúdos deve adotar códigos que façam transparecer na sua cotação algo que indique a direção dos significados que comunicam. Sendo assim, a autora sugere inicialmente a adoção dos termos *simbólico* (para percepções positivas e construtivas dos conteúdos animal e humano), *diabólico* (para percepções negativas e destrutivas dos mesmos conteúdos), inspirada em May (1982). Acrescentou ainda em sua sugestão o termo *vitimizado*, para qualificar as percepções que não se encaixam às citadas anteriormente, pois se referiam a animais ou humanos em situação de sofrimento, geralmente causado pela ação destrutiva de outro personagem.

4.2.2.1 Principais indícios do estudo de Goiânia

Tomando por base a nova codificação proposta pela autora, os resultados da pesquisa revelaram que a unidade temática mais freqüente nas respostas do grupo de crianças vítimas

de abuso sexual foi a diabólico (46%), seguida da temática vitimizado (30%) e depois a unidade simbólico, (24%). A maioria se referiu à percepção de personagens agressivos, violentos, amedrontadores, ou então vitimizados, em situação de sofrimento não conseqüente a nenhuma ação cometida contra eles, a exemplo de respostas em que as crianças se referiram a pessoas ou animais assustados ou sangrando. As respostas diabólicas e vitimizadas muitas vezes vieram juntas, associadas à outra na qual um ato agressivo e violento foi cometido contra um personagem, reproduzindo a relação agressor vítima. O que indica que o processo de projeção neste caso permitiu a criança expressar seus sentimentos de angústia e revelar seu mundo privado e conteúdos latentes, pois das oito crianças, cinco (62%) projetaram nas respostas a relação agressor vítima. O que ratifica o que já foi trazido no presente trabalho acerca das contribuições do processo de projeção encontrado nas situações de resposta ao Psicodiagnóstico de Rorschach. Segundo a autora, este é um dado importante revelado pela análise qualitativa do discurso dessas crianças nas respostas dadas ao Rorschach. É uma comunicação genuína a respeito das vivências e experiências, tratando-se de linguagem que revela a verdade do interior delas. É um tipo de respostas que não pode afirmar categoricamente, necessitando de outros instrumentos para confirmação, mas por outro lado, pode ser apontado como indício de que a criança possa ter sido vítima deste tipo de violência e ratifica as contribuições desta técnica para o aprofundamento do psicodiagnóstico nestes casos.

O que ficou mais evidente foi a predominância das percepções diabólicas, agressivas e negativas sobre as simbólicas, positivas e lúdicas. Conforme afirma a conclusão dos estudos citados e por meio de argumentações já trazidas anteriormente, as situações de respostas ao Psicodiagnóstico de Rorschach captam projeções de experiências, de uma história de vida e as

respostas que expressam simbolicamente a relação agressor- vítima parecem ser bastante indicativas de crianças submetidas à violência do abuso. Segundo Jung ainda, é provável que essas respostas indiquem a continuidade da atuação desta experiência no psiquismo da criança, de forma latente inconsciente ou de forma explícita, contribuindo para solidificação das representações negativas acerca do humano, do masculino e da convivência interpessoal. Diante desses fatos a autora aponta a supremacia das representações negativas e desconstrutivas do humano sobre as positivas e construtivas como dano psíquico conseqüente e indicativo do abuso a que foram submetidas essas crianças. Acredita que a representação interna que um indivíduo tem acerca do humano e dos relacionamentos determinará o modo como ele se comportará em suas relações interpessoais, de natureza social ou íntima. Se o significado construído sobre estas relações é marcado por aspectos e antecipações negativas e dolorosas sobre a qualidade destes relacionamentos, provavelmente esta representação trará ao indivíduo dificuldade de estabelecer um relacionamento interpessoal positivo e prazeroso. Segundo Endara (1967) a análise qualitativa dos conteúdos animal e humano verbalizados no Psicodiagnóstico de Rorschach é capaz de esclarecer sobre a significação afetiva das relações interpessoais e Richards (1958 citado por Jung, 2006) afirma que esta análise também esclarece sobre a concepção que o indivíduo tem das relações humanas na sua vida e os tipos de experiências passadas que formaram a base dessas concepções

Outro indício apontado pelo mesmo estudo indica que as respostas caracterizadas por percepções ou ações inocentes, ligadas aos impulsos de vida, por respostas lúdicas ou com conotações positivas, classificadas como simbólicas, nesta nova sugestão da autora, foram uma minoria. Este fato, à luz do conceito mais amplo de projeção defendido por Bellak no qual a projeção não se limitaria a um mecanismo de defesa, levanta a hipótese de que as crianças, numa visão inocente e despreocupada do mundo, das pessoas e relacionamento

dariam mais respostas simbólicas, positivas e lúdicas no Rorschach. Em caso contrário, pode ser um dos indicativos de que o psiquismo do examinando esteja direcionado a interesses e preocupações que lhe tiram a tranquilidade, sugerindo um indício de traumas ou conflitos, característicos da experiência do abuso.

Na pesquisa realizada por Jung (2007, p.49) é mencionado também um estudo desenvolvido por Meyer, (1990) que utilizou amostra de dez mulheres adultas vítimas de incesto na infância no qual procurou examinar os efeitos psicológicos a longo prazo do abuso sexual. Todas as participantes escolhidas relataram vivenciar dificuldades pessoais e sentiam que o abuso foi significativo para seus problemas de ajustamento. As características de personalidade encontradas comuns a elas foram: dificuldade em expressar adequadamente os afetos e fraco controle dos impulsos, com várias respostas se referindo a conteúdos como foguetes, vulcão lançando fogo e sangue ou comida derramados; graves reações depressivas e potencial suicida, com presença de conteúdo mórbido, dificuldade de relacionamento interpessoal e dificuldade de lidar com os limites dos outros, com presença de respostas HD, (H) e (Hd) em número maior do que as respostas H; sentimentos de falta de integridade corporal, com várias respostas de conteúdo anatômico sexual, sendo comum o conteúdo “vagina sangrando”; problemas de identificação sexual, com constante confusão a respeito de atributos masculinos/femininos das figuras; e tendências dissociativas, indicadas pelo grande número de respostas de movimento de objeto.

4.3 Conclusões sobre os estudos

Como se pode ser constatado até agora nas análises dos protocolos do Psicodiagnóstico de Rorschach, são os conteúdos animal e humano aqueles que mais fornecem indícios apontados por estes estudos relatados. A análise da literatura consultada aponta como indícios características de personalidade que evidenciam: dificuldade de relacionamento interpessoal, pouco controle sobre os impulsos, comportamento depressivo e vivências emocionais marcadas por intensa agressividade e ansiedade, se delineando uma constelação de sintomas que apontam para possível desenvolvimento de patologias na vida adulta, sem no entanto apontar relação de causa e efeito. Verifica-se também que indícios de abuso em crianças submetidas ao Psicodiagnóstico de Rorschach podem ser revelados, segundo as percepções, interpretações e projeções que elas fazem quando são estimuladas pela situação de aplicação da técnica e podem ser acessadas pelo psicólogo por meio da interpretação adequada do simbolismo expressado nas respostas.

Segundo Jung (2006), as avaliações clínicas têm como foco o conhecimento da percepção e dos sentimentos da criança sobre o fato ocorrido, o conhecimento do seu estado psicológico, dos efeitos colaterais do abuso, das suas habilidades de enfrentamento e da necessidade de tratamento psicoterapêutico. Desta forma, a técnica não se prestaria somente a revelar indícios sobre a agressão sofrida. Sua relevância estaria também no fato de que permite identificar os possíveis danos por ela causados. O Psicodiagnóstico de Rorschach é um instrumento muito útil em processos de avaliação investigativa e clínica, pois é capaz de fornecer indícios de que o abuso sexual ocorreu e de analisar o estado psicológico da criança, tanto das áreas mais afetadas como daquelas que foram preservadas. Jung (2006, citando Mattos, 2002, p.39) afirma que em casos de abuso sexual é importante desenvolver a parte

não comprometida do psiquismo da criança e conhecer e desenvolver os potenciais cognitivos e emocionais. Esta técnica identifica e avalia aspectos específicos e contribui para promover a investigação de vários aspectos ligados à personalidade do indivíduo e planejar estratégias psicoterapêuticas de forma a atender ao objetivo contratado seja ele para fins judiciais ou subsidiar tomadas de decisões e nortear/avaliar um tratamento clínico, como afirmado por Cunha (2003) neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível revalorizar a etapa diagnóstica no trabalho clínico. Um bom diagnóstico clínico está na base da orientação vocacional e profissional e do trabalho em que o psicólogo atua como perito forense ou trabalhista (Arzeno, 1995). As pesquisas realizadas para embasar o presente trabalho levam a concluir que as técnicas projetivas são indicadas para compor o processo de psicodiagnóstico, principalmente, nas situações em que o psicólogo necessita desvendar aquilo que o examinando submetido ao processo de avaliação, não quer ou não possui condições de revelar sobre si mesma, permitindo conhecer o indivíduo em seus aspectos não parentes.

Quando se faz um diagnóstico, pretende-se compreender um fenômeno e busca-se discernir nele aspectos, características e relações que compõe um todo. Esta técnica permite que ao serem colocadas frente a um estímulo ambíguo, as crianças revelam conteúdos latentes que são verbalizados e podem ser interpretados, pelo psicólogo, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa das respostas anotadas detalhadamente durante a aplicação e posterior análise simbólica dos conteúdos. Nas avaliações de casos de abuso sexual utilizam-se geralmente bonecas anatomicamente corretas (com órgãos genitais aparentes), segundo Jansen & colaboradores (1986, citados por Green 1995), em um estudo onde foram observadas 15 crianças filmadas em vídeo enquanto brincavam com as bonecas, verificaram que as crianças com história de abuso sexual não puderam ser diferenciadas dos outros grupos de controle. Este autor recomenda que o uso destes instrumentos não seja adotado, até que mais dados normativos sejam reunidos com relação às respostas de crianças não vítimas de abuso, alertando para o fato de que avaliadores não habilitados ou tendenciosos podem utilizar estes bonecos de maneira inadequada e direcionada. Desta forma, este trabalho aponta

o Psicodiagnóstico de Rorschach como um instrumento que apresenta importantes contribuições para auxiliar o psicólogo no processo de psicodiagnóstico, uma vez que pode revelar, por meio da percepção, interpretação, projeção e comunicação simbólica, conteúdos latentes e por vezes dolorosos, que se encerram no psiquismo das vítimas de abuso sexual. Dessa forma poder-se-ia dizer que o uso da interpretação das pranchas se constitui em um tipo de metáfora ativa que permite ao psicólogo acessar e abordar temas dolorosos de uma forma mediada e protegida.

Apesar das dúvidas sobre a interferência de aspectos subjetivos nos processos de aplicação, resposta e interpretação das respostas, atribuídas geralmente por aqueles que conhecem este tipo de técnica de maneira superficial, convém mencionar um apontamento do Dr. W. Morgenthaler em Rorschach (1974). Segundo ele, “é um processo empírico, através do qual é possível obter-se dados corretos e passíveis de comprovação e através do qual também a personalidade global pode ser explorada de maneira mais central do que através de qualquer outro método” (p.245).

Essas contribuições podem ser evidenciadas em casos de avaliações nas quais o examinando omite determinados conteúdos na entrevista seja pelo fato de estes estarem reprimidos, ou por omissão voluntária na tentativa de evitar o sofrimento de possível punição, como nos casos de psicodiagnósticos realizados por demanda judicial. Segundo Jung (2006), este instrumento se presta a dois tipos de avaliação: à perícia psicológica forense, que tem sido utilizado para coletar evidências e indícios de vitimização sexual, principalmente pela linguagem simbólica, por meio da qual as crianças vitimizadas contam e revelam todo seu sofrimento sem correrem o risco de serem revitimizadas e também à avaliação clínica que analisa de maneira global e dinâmica a estrutura e a qualidade do funcionamento psicológico, detectando as seqüelas e possíveis danos psíquicos. Vários são os processos envolvidos na

resposta do indivíduo à situação de resposta à técnica projetiva, mas o processo de projeção em seu sentido mais amplo e a fonte reveladora da comunicação simbólica é que fundamenta a contribuição da técnica para permitir ao psicólogo alcançar indícios de conteúdos que não foram revelados na entrevista ou em outros tipos de teste.

Holmes (2001) afirma que o Rorschach é um dos testes projetivos mais amplamente usados, mas pondera que sérias questões foram levantadas sobre sua fidedignidade e validade e, em consequência, há uma controvérsia contínua sobre sua utilização. Uma das sérias críticas, segundo este autor, afirma que o Rorschach “não pode aumentar o que podemos aprender a partir de métodos mais fáceis e rápidos como uma entrevista” (p.67). Em que pese as dúvidas que pairam sobre a confiabilidade dos instrumentos projetivos, por outro lado, Amaral (2006) afirma que só nesta década foram realizados quatro estudos meta-analíticos originais endereçados a validade do Rorschach e todos concluíram que, em termos gerais, sua validade é sustentável por bases empíricas. Amaral acrescenta que dados empíricos procedentes de revisões de literatura e de uma série de exemplos de casos clínicos adequadamente ponderados, também apontam evidências positivas de validade incremental nas variáveis do Rorschach sobre outros tipos de testes e informações.

Este trabalho não pretende dar supremacia de um instrumento sobre qualquer outro, mas situar a técnica de Rorschach numa relação de complementaridade com os demais instrumentos e apontar que pode ser de grande utilidade nas situações de investigação para apuração de casos de suspeita de abuso sexual. Este tipo de agressão é pouco relatada, difícil de ser diagnosticado e por meio dos processos de projeção e interpretação simbólica pode ser viabilizado ao examinador o acesso a indícios de conteúdos “latentes” dessa natureza. A utilização do material eliciado pela exibição das pranchas e sua integração com dados do comportamento do examinando e da forma como ele reage à tarefa proposta pela técnica,

permite ao psicólogo ancorar suas interpretações em parâmetros mais seguros (Silva, 1989). Ratificando a importante contribuição da utilização deste instrumento, principalmente em crianças, este trabalho também pondera que apesar de despender um tempo para a aplicação, o Psicodiagnóstico de Rorschach é um instrumento amplamente usado e muito valorizado por clínicos e pesquisadores de diversos países. É bem estabelecido quanto à validade e confiabilidade de seus informes na avaliação funcional e dinâmica da personalidade e absolutamente útil no estabelecimento de diagnósticos diferenciais, plano de tratamento e avaliação de processos interventivos.

Pretende-se ressaltar a importância do uso deste instrumento sem, contudo, lhe atribuir o poder de determinar ou afirmar categoricamente a ocorrência do fato. Sua aplicação nos casos de suspeita de abuso sexual é de relevante utilidade para promover uma abordagem indireta sobre o tema e promover maior confiabilidade no processo de investigação realizada pelo psicólogo assistente do caso, considerando a sua possibilidade de indicar nas respostas produzidas, indícios de abuso, conforme descritos nos estudos apresentados. Seja pelo caminho da análise da percepção, no Rorschach clássico, seja pela expressão da linguagem, na interpretação fenomenológica o objetivo deve ser apreender o universo mental do indivíduo e sua estrutura, organizações mais ou menos patológicas, de modo a orientar condutas terapêuticas que levem em conta as capacidades e limitações de cada um (Amaral, 2004).

É fato que há necessidade de aumentar o universo de estudos que norteiam o tema, de modo a atualizar e ratificar as contribuições deste instrumento para o processo de diagnóstico, notadamente nos processos oriundos da justiça, onde há a possibilidade do interesse do indivíduo em manipular os resultados. Embora nos últimos tempos tenha se observado um aumento de casos de abuso envolvendo a pedofilia, fazendo crescer a demanda

de assistência psicológica para vítimas de abuso, durante as pesquisas realizadas para este trabalho, verificou-se que existem poucos estudos publicados em português que versem sobre o diagnóstico de casos envolvendo a utilização da técnica de Rorschach. O que só reforça a indicação da adoção deste instrumento na investigação de casos desse tipo para que um maior número de dados, em contexto nacional, possa ser levantado e possibilite a geração de informações para produção de conhecimentos, que confirmem ou refutem as atuais afirmativas apontadas pelas pesquisas que ilustraram o presente trabalho.

Conforme depoimentos do Dr. Lauro Monteiro, diretor da ABRAPIA-Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, encontrado no endereço eletrônico www.observatoriodainfancia.com.br, em 05 de outubro de 2008, o diagnóstico de abuso sexual de crianças e adolescentes, feito por profissionais que não estejam bem treinados deve ser preocupação dos profissionais que atendem a estes tipos de casos. Especialmente se o diagnóstico for baseado somente em evidências físicas, que na maioria dos casos, não estão presentes. Segundo este médico, um estudo publicado na revista *Child Abuse and Neglec* de 12 de dezembro de 2002, mostra situação mais grave ainda que o diagnóstico falso *negativo*: é o diagnóstico falso *positivo*. Os dados apontam que quarenta e seis pacientes, entre crianças e adolescentes, foram diagnosticados como apresentando sinais indicativos de abuso sexual por médicos de emergência. Estas mesmas crianças foram reexaminadas por especialistas em abuso sexual, que encontraram exame físico normal em 70%, sinais não específicos de abuso sexual em 13%, e evidências típicas de abuso sexual em apenas 17%. Nos casos com histórias específicas de abuso sexual grave como penetração anal ou vaginal, só foi encontrado anormalidade no exame médico de 5,5% deles. Estes dados levam a refletir que o diagnóstico de abuso carece de maior especialização e de uma atuação multidisciplinar. É necessário treinamento e especialização para proceder ao exame físico em casos supostos de abuso

sexual, bem como para utilização de qualquer técnica de revelação de abuso sexual em crianças e adolescentes. As conseqüências do abuso sexual são sérias para a criança vitimizada, mas também seríssimas são as conseqüências para um indivíduo injustamente acusado da prática de abuso sexual contra crianças, o que só aumenta a responsabilidade dos profissionais que para este caminho trilham sua prática.

Os números de queixas de abuso vêm ampliando as estatísticas nacionais e o adequado preparo para atender a esta demanda crescente deve ser objeto de preocupação dos profissionais de saúde que pretendem direcionar sua prática profissional para casos desta natureza. Pelas experiências obtidas no estágio em psicodiagnóstico, entende-se que alguns aspectos relativos ao examinador são importantes e devem ser observados para o correto manejo do instrumento na forma proposta. O psicólogo necessita ter passado por uma boa formação na técnica, com satisfatório período de treinamento e possuir conhecimentos gerais de Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade e Psicanálise para trabalhar com o Psicodiagnóstico de Rorschach. É também fundamental o domínio de alguns conhecimentos sobre Fisiologia Humana e Psicopatologia e, principalmente, paixão pelo que faz.

Referências

- Adrados, I. (2000). *Teoria e Prática do Teste de Rorschach*. Petrópolis: Vozes
- Amaral, E. V. (2004). *O método de Rorschach e a psicopatologia fenômeno-estrutural*, Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 21, n. 1, p. 73-81, janeiro/abril 2004
- Amaral, A. E. V. & Casado L.P. (2006). *A cientificidade das técnicas projetivas em debate* Psico-USF, v.11, nº2, p.185-193, jul./dez.2006.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Anzieu, D. (1989). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Arzeno, M. E. G. (1995). *Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Augras, M.(1980). *A Dimensão Simbólica O simbolismo nos testes psicológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Bellak, L. sobre los problemas del concepto de proyecion. In: Abt, L E. & Bellak, L . *Psicologia proyectiva*, p.25-36. Buenos Aires: Paidos, 1967.
- Bohm, E. (1973). *Manual Del psicodiagnóstico de Rorschach*. Madri: Morata.
- Bueno, F. S. (1996). *Minidicionário da Língua Portuguesa* (p. 212). São Paulo: FTD: LISA.
- Bunchaft, G. (1995). *O conceito de projeção e sua relação com os testes projetivos: uma revisão de literatura*, artigo retirado em 05 de setembro de 2008 de <http://www.psicometria.psc.br/artigo7.htm>.
- Bunchaft, G (1995). *Teste projetivo ou prova de percepção?*- artigo retirado em 05 de setembro de 2008 de <http://www.psicometria.psc.br/artigo7.htm>.
- Chabert, C. (2003) *O Rorschach na clinica do adulto*. Lisboa: Climepsi.
- Cunha, A.C. (2003). *Psicodiagnóstico – V*. Porto Alegre: Artmed.

- Doron, R.& Parot, F (2002). *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Ática.
- Endara, J. (1967). *Test de Rorschach tecnica evolucion y estado actual*. Barcelona: Editorial científico-médica.
- Fortes, M.G.G., Scheffer, M. de L. S. & Kapezinsk, N.S. (2007). *Elementos indicativos de abuso sexual na infância obtidos pelo método de Rorschach*. Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, 27(3), 5-12.
- Fuks, L.B. (2005). Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. In: Volnovich, J. R. *Abuso Sexual na Infância* (p.15-31). Rio de Janeiro: Lacerda Ed.
- Green A. H. 1995. Abuso sexual infantil e incesto. In: Lewis M. *Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência*. (p.1032- 41). Porto Alegre: Artes médicas.
- Holmes, D. (1997). *Psicologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jung, F. H (2006). *Abuso sexual na infância: uma leitura fenomenológica-existencial através do Psicodiagnóstico Rorschach*. Dissertação de mestrado em Psicologia, área de contração Psicologia Social e da Personalidade, Universidade Católica de Goiás.
- Klopfer, B.& Davidson H. H. (1989). *Manual introductorio a la tecnica del Rorschach*. Buenos Aires: Paidós
- Loosi-Usteri, M.L (1965). *Manual pratico del teste de Rorschach*. Madri: Rialp
- May, R (1982). *Eros e repressão: Amor e vontade*. Petrópolis: Vozes.
- Ocampo, M.L.S. (1986). *O processo diagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Paim, I. (1993). *Curso de Psicopatologia*. São Paulo: EPU.
- Passalacqua, A.M. e Gravenhorst M.C (2007). *Los fenómenos especiales em Rorschach*. Argentina: JVE Ediciones.

Rorschach, H. (1974). *Psicodiagnóstico*, compilador por Walter Morgenthaler, tradução da 8ª.

Edição não modificada por Marie Sophie de Villemor Amaral, São Paulo: Mestre Jou.

Schiffman, R. H. (2005). *Sensação e percepção*. Rio de Janeiro: LTC.

Silva, M. L. do E. (1981). *Interpretação de testes projetivos: projeção e representação*. Rio de Janeiro: Campus

Trinca W, Trinca A. M. T, Becker E. , Safra, G., Ancona-Lopes, M., Santiago. M. D. E.,

Jubelini, S. R. & Tsu T. M. J. A (1984). *Diagnóstico Psicológico: a prática clínica*. São Paulo: EPU.

Vaz, C.E (1997). *O Rorschach- teoria e desempenho*. São Paulo: Manole.

Villar, A. (1967). *Problemas Gerais do Psicodiagnóstico Clínico, Psicodiagnóstico Clínico* (pp. 10 -15). Madri: Ed. Aguilar.